Processo T-584/93

Olivier Roujansky contra Conselho da União Europeia

«Recurso de anulação — Incompetência do Tribunal de Primeira Instância —
Inadmissibilidade»

Despacho do Tribunal de Primeira Instância (Segunda Secção) de 14 de Julho
de 1994 II - 587

Sumário do despacho

1. *Recurso de anulação — Actos susceptíveis de recurso — Actos do Conselho Europeu — Declaração sobre a entrada em vigor do Tratado da União Europeia — Exclusão*
(*Tratado CE, artigo 173.º, primeiro parágrafo; Acto Único Europeu, artigo 31.º*)
2. *Recurso de anulação — Actos susceptíveis de recurso — Tratado da União Europeia — Exclusão*
(*Tratado CE, artigos 4.º e 173.º, primeiro parágrafo*)

1. Os actos do Conselho Europeu não estão abrangidos pelo disposto no artigo 173.º, primeiro parágrafo, do Tratado e não se contam entre aqueles cuja legalidade é

susceptível de fiscalização pelo juiz comunitário. De resto, o artigo 31.º do Acto Único Europeu exclui expressamente a aplicação, ao Conselho Europeu,

das disposições do Tratado relativas à competência da jurisdição comunitária, exclusão que é mantida no artigo L do Tratado da União Europeia. De onde resulta que o juiz comunitário não é competente para conhecer da legalidade da declaração do Conselho Europeu sobre a entrada em vigor do Tratado da União Europeia.

2. O Tratado da União Europeia não constitui um acto de uma instituição da Comunidade, na acepção dos artigos 4.º e 173.º do Tratado. Por conseguinte, o Tribunal não tem competência para conhecer da legalidade das suas disposições.